



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

AB  
C1

ACTA N.º 10/04

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2004

2 de Dezembro de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21H30.

Mesa da Assembleia: **Presidente, Maria Arlete Rocha Rodrigues.**

**Primeiro Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.**

**Segundo Secretário, Joaquim Manuel Galhanas da Luz.**

Membros presentes: Todos, com excepção do senhor Presidente, António Ramos Preto, Manuel Ferreira Vieira, Rita Mafalda Madeira e Vítor Pedro da Conceição Gonçalves conforme consta da relação anexa.

Verificado o Quórum, A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que o senhor Presidente da Assembleia Municipal está ausente, pelo que, nesta Sessão, o irá substituir e de seguida declarou aberta a Sessão.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, A senhora Vice Presidente, Carla Tavares, e os senhores Vereadores Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Evangelista, Maria João Bual, Patrícia A. Paula Ferreira e Vasco Jardim.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que os senhores Presidentes da Junta de Freguesia da Damaia e da Reboleira se faziam representar nesta Sessão pela senhora Palmira Reis e pelo senhor João Rodrigues da Silva, respectivamente. (Documentos anexos à presente Acta)

## **I – TOMADA DE POSSE**

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.º. 1 do Artº. 79º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, solicitou a sua substituição o senhor Luís Manuel Isídro Guarita, do PSD, Sessão ( Documento anexo à presente Acta).

Informou ainda de que, em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, se iria proceder à substituição empossando, caso estivesse presente, o membro substituto senhor, Rafael Duarte dos Santos Evaristo ( Documento anexo à presente Acta).

## **II - ORDEM DO DIA**

### **PROPOSTA:**

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Contratação de Empréstimo para Construção de Diversos Equipamentos e Execução de Intervenções de Tratamento Paisagístico e Urbanístico (Projectos Co-Financiados e Não Co-Financiados) (Proposta n.º. 707/2004)”*;

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Cedência de Terreno à Fábrica da Igreja de Alfragide (Proposta n.º. 702/2004)”*;

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º.3 do Artº. 2º. da Lei n.º. 11/2003, de 13 de Maio, da proposta da C.M.A. relativa a *“AMAGÁS – Alteração de Estatutos (Proposta n.º. 689/2004)”*;





26,  
A9

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

4 - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira – Alteração (Proposta n.º 671/2004)”***;

5 - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Empreendimento do Casal da Mira – Cedência de Áreas de Lotes Edificados para o Domínio Público (Proposta n.º 709/2004)”***;

6 - Indicação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artº. 7º. da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, de membro da AMA para integrar a ***“Comissão Municipal”*** referida na alínea c) do n.º 1 do supra citado Artigo”;

7 - Apreciação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do ***“Relatório de Acção Inspectiva do IGAT – Procº. n.º S.P. – 111.500 – 3/97”***.

Dado não haver inscrições, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 36 votos.

### III – CORRESPONDÊNCIA

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, no início da Sessão, foi distribuída, aos representantes dos Grupos Municipais, a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30º. do Regimento.

#### IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu início a este período e não havendo intervenções deu-o por encerrado.

#### V- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** após as explicações regimentais, abriu as inscrições, e pediram a palavra a senhora Aldina Túlia e os senhores Carlos Reis, António Santos, João Serrano e José Fernandes.

A senhora **Aldina Túlia** interveio para dizer que o assunto que vinha expor se prendia com a actuação da Polícia Municipal. Que em tempo deu conta, por escrito, ao senhor Vereador do Pelouro, de certas anomalias. Que junto da Polícia Municipal estão carros estacionados num caminho pedonal, e carros dos próprios polícias estacionados no parque da mesma e não actuam, mas que, em relação a ela, quando estacionou no parque da Polícia Municipal devido a não haver lugar, depois de vir duma Sessão da Assembleia, e tendo deixado o cartão de membro da Assembleia no carro, a PSP lhe foi bater à porta para que retirasse o carro e se não o retirasse já estava um reboque pronto para o rebocar. Que não vêem, também, o lixo que é lançado para as traseiras da Rua de Santo António, onde estão as instalações da Polícia Municipal e não actuam. Que o que mais a choca, na Polícia Municipal, é que às 19 horas em ponto, normalmente dois efectivos, ou um fardado mas sem o boné, arreiam a bandeira nacional, do seguinte modo: desatam-lhe o nó, deixam-na cair, metem-na debaixo do braço e vão para as instalações, o que considera um desrespeito, e por fim pediu ao executivo camarário que tomasse as devidas providências.





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **João Castanheira** pediu que não entendessem a declaração política, que iria ler, como um sentido de antecipação, mas sim como uma expressão natural e institucional que entendia ser dever do CDS-PP fazer perante a Assembleia. De seguida leu a declaração política (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **António Santos** manifestou a sua satisfação pela tomada de decisão do senhor Presidente da República, com quatro meses de atraso, mas que vale ser tomada mais tarde do que nunca. Que não queria entrar, também, em grande discussão sobre o que pensa do Governo que acabou de ser demitido através da dissolução da Assembleia da República, pois a Assembleia conhece as suas posições políticas face às medidas tomadas por este Governo e pelo seu antecessor. Que, a quinze dias de ser apresentado o Plano de Actividades e Orçamento, deve haver uma reflexão e sinais de esperança da população no próximo ano. Por fim disse que reuniu com o senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do Estatuto de Oposição, para discutir aqueles documentos e foi exactamente isso que lhe transmitiu.

O senhor **João Serrano** interveio para falar sobre a dissolução da Assembleia da República, dizendo que o PS não pode deixar de manifestar o seu apoio à decisão do senhor Presidente da República. Que pensa que peca por ser tardia, porque entende que a partir do momento em que se apresenta um programa ao eleitorado este é uma figura que assume compromissos perante as pessoas e que quando essa mesma figura abandona o lugar há uma subversão das condições em que se exercem as funções. Reiterou que a decisão do senhor Presidente foi acertada já que os últimos quatro meses foram terríveis para todos, face a um conjunto de acontecimentos que deixaram a população numa situação extremamente difícil.. Que é bom para o País e que é importante ouvir o povo porque clarifica a situação.

O senhor **José Fernandes** disse que a resolução do senhor Presidente da República, de dissolver a Assembleia da República, desagrada a uns e agrada a outros. Que ficou muito



desagradado, há quatro meses, quando o senhor Presidente da República entendeu reconduzir este Governo, mas que lhe agradou mais a posição deste momento. Que hoje o leque de vozes que se levantam a favor da dissolução da Assembleia da República é maior do que à quatro meses atrás. Que o Orçamento de Estado não é um Orçamento que agrada aos empresários, assim como o próprio comportamento do Governo. Que ouviu autarcas do PSD afirmarem que o senhor Primeiro Ministro já não tinha condições para governar nem para se candidatar novamente, pelo que deveria haver uma reformulação, dentro do PSD, para que houvesse outro candidato. Por fim disse que gostou da posição tomada pelo senhor Presidente da República, pois é uma boa medida colocar nas mãos do povo a decisão do futuro do País.

O senhor **Carlos Reis** interveio para se referir às eleições legislativas, dizendo que não se vão convencer uns aos outros e que as eleições não se ganham na Assembleia Municipal. Que criticar a ida do Dr. Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia, para o mesmo lugar que há uns meses os militantes e os altos dirigentes do PS diziam ser um lugar honroso e importantíssimo para Portugal se fosse ocupado por um militante do PS, significa ver as coisas por um prisma partidário e pouco patriótico.

A senhora **Vice Presidente da Câmara, Carla Tavares**, iniciou a sua intervenção para dizer à senhora **Túlia** que registou as questões que colocou sobre a Polícia Municipal. Disse que o cartão de membro da Assembleia apenas permite o estacionamento junto à linha do comboio, quer dum lado quer doutro, daí a actuação da Polícia Municipal que tem, neste momento, um efectivo de 24 elementos, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades do Concelho.

Ao senhor **António Santos** disse que, dentro de quinze dias estariam a discutir na Assembleia Municipal, as Grandes Opções do Plano as quais reflectem o que foi apresentado ao eleitorado e sufragado pelos cidadãos da Amadora.



*Handwritten signature and initials.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### VI – ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Contratação de Empréstimo para Construção de Diversos Equipamentos e Execução de Intervenções de Tratamento Paisagístico e Urbanístico (Projectos Co-Financiados e Não Co-Financiados) (Proposta n.º 707/2004)”*.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu para análise desta proposta e não emitiu parecer.

A senhora **Vice Presidente da Câmara, Carla Tavares**, fez a introdução formal da proposta dizendo que o empréstimo será aplicado em despesas de investimento. Que os projectos a financiar, com participação comunitária, são o Parque Urbano da Falagueira e o PROQUAL e, sem participação comunitária, os projectos de qualificação Urbanística em diversas áreas e zonas do Concelho, tais como, o Parque do Borel, Terra da Bonita, Traseiras da Rua D. Dinis, Jardim do Plátano, Ordem Militar do Hospital e também a Praceta Padre Bartolomeu de Gusmão. Que o que se propõe é a adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, uma vez que foi a entidade que apresentou a proposta mais vantajosa de acordo com a avaliação da Comissão de Análise.

O senhor **Luís Costa** saudou o bom trabalho efectuado pelo Departamento Financeiro da Câmara, porque, quando se faz o balanço sobre as opções de financiamento disponíveis, em termos de mercado bancário, é importante saber desmontar os planos financeiros propostos pelas Instituições Bancárias. Que o trabalho feito pela Câmara, nomeadamente a simulação da actualização do serviço de dívida que permitem ver, com muita clareza, as opções reais e o que são os encargos que as Instituições Bancárias cobram nas opções que apresentam.



Realçou o papel da Câmara no processo negocial, pois foram conseguidas excelentes condições de taxas de juro. Que os valores presente na proposta, em termos de endividamento, são financeiramente suportáveis, tendo em vista o balanço da Câmara. Finalmente saudou a Câmara pela execução dos compromissos para com o Município da Amadora, nomeadamente a requalificação paisagística e ambiental, pelo que apoia esta operação financeira proposta.

O senhor **José Fernandes** interveio para dizer que a CDU vai votar favoravelmente a proposta, mas que desejava tecer algumas considerações. Que, relativamente aos financiamentos, teve oportunidade de dizer, na Comissão de Administração Geral e Finanças, que as explicações que lhes foram dadas deveriam ser completadas com documentos escritos, o que ajudaria na discussão. Por fim disse que as propostas do Banco Tota e da Caixa Geral de Depósitos são muito idênticas, mas que no cômputo geral a da Caixa Geral de Depósitos é a mais favorável.

A senhora **Elisabete Ferreira** interveio para dizer que, conforme referiu na Comissão, o PSD tem um entendimento diferente e leu uma declaração de voto (Documento anexo à presente Acta). Por fim disse que, como se verificava no documento lido, o PSD iria votar contra a proposta.

O senhor **João Paulo Castanheira** na sua intervenção disse que o CDS-PP não vê razão para se vir aqui louvar o trabalho dos serviços cada vez que eles cumprem com a sua obrigação. Que não verificou nada de especial na fundamentação apresentada pelos serviços para a contratação do empréstimo. Que o que se está a fazer é conseguir-se financiamento para aquelas que são as bandeiras eleitorais do PS para o próximo ano, o que é inaceitável. Que se está a falar, por outro lado, de endividar a Câmara Municipal, por um período de 20 anos, para se fazerem algumas obras, mas que a documentação não diz nada sobre isso, o que é





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

grave. Que se está a esgotar a capacidade de endividamento da Câmara Municipal da Amadora e que a situação se não for explicada e esclarecida, o CDS-PP votará contra. Que há uma parte da verba que diz respeito ao Parque Urbano da Ribeira da Falagueira. Sobre a Casa da Ordem Militar de Malta, que está em obras, perguntou se o que está a ser feito é ou não uma obra de recuperação de património.

O senhor **António Santos** interveio para dizer que as limitações que a Amadora tem, do ponto de vista de requalificação urbana, da requalificação do parque escolar, justificam, plenamente, que este empréstimo seja feito. Que, na Comissão de Administração Geral e Finanças, teve o cuidado de questionar o senhor Presidente da Câmara, sobre as implicações do empréstimo na capacidade de endividamento da Câmara, porque considera que, o ano de 2005, pode ser importante no desenvolvimento e na conclusão do processo do PER. Que a Câmara foi clara, na Comissão, tendo sido dito, pela senhora Vice Presidente, que a capacidade de endividamento não é afectada por este tipo de empréstimo pelo que faz bem em contrair este empréstimo para os fins a que se destina. Que está de acordo com o que disse o senhor José Fernandes sobre a requalificação urbanística, que havia necessidade de especificar, de uma forma mais clara e mais concreta, quais eram os projectos que estão em causa. Que a Câmara especificou quatro ou cinco, mas que, daqui a quinze dias, aquando da discussão do Plano de Actividades, vão ter oportunidade de discutir a aplicação das verbas projecto a projecto. Por fim disse que de forma alguma iria votar contra a contracção do empréstimo.

O senhor **Luís Costa** contestou as intervenções anteriores sobre eleitoralismo, e disse que o PSD e o CDS-PP, mais particularmente o PSD, devem estar muito à vontade nessa matéria e reconhecer muito bem esses sinais, porque era isso que estava patente na aprovação do Orçamento de Estado e na inauguração de obras e facilidades que iam ser dadas, quando os indicadores apontavam no sentido contrário, pelo que, se alguém conhece o que é



eleitoralismo, possivelmente, será o PSD. Que o que está em causa, nós programas que estão a ser aplicados, são compromissos assumidos pelo PS no seu programa eleitoral de há dois anos. Que estes programas estão inscritos nas Grandes Opções do Plano, alguns deles em execução. Que a verba inscrita é uma verba condicionada por um despacho conjunto dos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Por fim disse que com este empréstimo não se esgota a capacidade de endividamento do Município.

O senhor **Carlos Reis** interveio para dizer que, como é óbvio, o PSD não vai votar a favor, como já tinha sido pela anterior oradora do PSD, e que o documento que foi lido seria apenso à Acta como declaração de voto do PSD.

O senhor **Talento Marques** referiu que, como foi dito na Comissão de Administração Geral e Finanças, independentemente da negociação ser muito boa, das condições de empréstimo serem muito boas, toda a gente sabe que as entidades bancárias não emprestam sobre o vago, mas sim sobre coisas concretas. Que o montante teve de ser fundamentado, caso contrário, o empréstimo não seria concedido. Se há fundamento, se há uma descrição para onde vai o dinheiro dos projectos, qual será o problema de dar essa descrição. Que se são obras, como já foi dito, para o bem público, necessárias ao Município, que ninguém colocará questões sobre a matéria, mas se são situações que têm a ver com o eleitoralismo, teria de pensar duas vezes e lembrou que esta situação foi colocada na Comissão. Que esperava que a senhora Vice Presidente discriminasse as obras a realizar e que acreditava que o não tenha feito apenas por lapso, aguardando, por isso, a informação da Câmara.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que hoje é um dia mau para o PSD e para a direita, pois o senhor Carlos Reis, na sua primeira intervenção utilizou termos como eleitoralismo e populismo, que são adjectivos negativos. Trata-se de compromissos eleitorais, de projectos que estão consagrados em Orçamento e Grandes Opções do Plano, ou seja, o PS





e 2.  
H9

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

está a cumprir o mandato. Que, quando o PS vai para eleições, faz os seus compromissos, e se há objectivos que não serão atingidos, a maior parte deles sê-lo-ão. Disse que construir rotundas, ruas, etc., não são benesses, mas sim direitos da população e, se são direitos da população, porque é que o PSD obstaculiza a aprovação do empréstimo.

A senhor **Vice Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, dizendo que a aplicação do empréstimo é no conjunto de obras referenciadas nos documentos. O conjunto de intervenções, no âmbito do PROQUAL e no âmbito das zonas verdes e espaços verdes no Concelho são conhecidas e que na Comissão foram descritas as obras e as intervenções no âmbito dos projectos de requalificação urbanística já adjudicados. Por fim referiu-se à Casa Militar de Malta, dizendo que é um processo que está a ser acompanhado pelo IPPAR e que a Câmara tem todo o interesse em o valorizar.

O senhor **Armando Paulino** disse que estava para não intervir, mas não resistiu à tentação para deixar uma nota ao PSD e ao CDS-PP que a população da Brandoa vai saber registar esta atitude de votarem contra o financiamento das obras do PROQUAL.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 29 votos a favor, 6 contra e 4 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Catolino Pinto** fez uma declaração de voto que se transcreve: “ Senhora Presidente da Mesa e senhora Vice Presidente da Câmara, eu abstive-me na votação não por discordar da intenção da Câmara, mas por discordar da altura em que a Câmara faz esta apresentação à Assembleia Municipal. Eu fazia minhas grande parte das palavras que o senhor Armando Paulino disse, porque, se a população da Brandoa vai saber que o PSD votou contra a proposta do PROQUAL, Alfragide deveria, ao longo destes anos, votar contra muita coisa



pela descriminação a que tem sido votada. Se formos ver os Planos de Investimento anuais da Câmara, desde a tomada de posse do actual PS, é sempre, de longe, onde o investimento é mais pequeno, mas a distância, e o senhor Vereador não me desmente, de modo que, eu concordo, absolutamente, com o Plano da Falagueira, o Parque Urbano, concordo, perfeitamente, com o PROQUAL para a Brandoa, agora Projectos de qualificação urbanística, sem saber para quê, Alfragide vai, de longe, ser descriminada. E, eu digo isto abertamente, senhor Vereador, estou a olhar para si, porque é o habitual. Recentemente Alfragide beneficiou de um Parque de Estacionamento, que se eu perguntar ao senhor Vereador ele não sabe, projecto não houve, foi a olho, puxa a terra mais para ali empurra mais para acolá, porque não houve projecto. Penso eu que não houve Orçamento, senhor Vereador desculpe lá, isto é verdade, de modo que em Alfragide é assim, não é, para a Brandoa há um PROQUAL, muito bem, parabéns senhor Paulino Domingos. Eu, há não sei quantos anos disse, não foi nesta sala, foi na de cá de cima ainda, ao senhor Vereador Judas, que esteve aqui nesta Câmara que, para Alfragide, o metro de espaço verde, na altura, a Câmara não dava, porque era preciso fazer obras na Brandoa, sim senhora, façam obras na Brandoa, façam as obras na Brandoa, mas dêem um metro quadrado de espaço verde a Alfragide. Portanto, a razão foi esta, já manifestei qual era a minha intenção na declaração de voto”.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Cedência de Terreno à Fábrica da Igreja de Alfragide (Proposta n.º 702/2004)”*.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pelo senhor 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Vice Presidente da Câmara** prescindiou da apresentação da proposta.





Handwritten signature and initials in the top right corner.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **António Santos** interveio para dizer que pensa que este ponto é relativamente pacífico. Que o BE vai votar a favor porque, para ele, os compromissos anteriores têm de ser cumpridos e que a cedência é correcta. Que, para que fique claro e não haja dúvidas, o BE respeita em absoluto a liberdade de culto religioso, seja de qualquer confissão. Por fim disse que os considerandos pressupõem que o único credo que existe na sociedade portuguesa é aquele a quem vai ser concedida a fábrica, nomeadamente o ponto 3, que deveria ser corrigido a fim de que a Câmara não seja acusada de monoteísmo religioso.

O senhor **António Frade** interveio para dizer que pensa que esta matéria é pacífica, mas que não gostaria de deixar passar em claro o facto de haver também investimento em equipamento. Que esta proposta vem à Assembleia Municipal por causa do montante do lote e que o loteamento, inicialmente, já previa esta construção. Que estão salvaguardados os interesses da Câmara com a inclusão de cláusula de reversão, caso o equipamento não esteja concluído no prazo de cinco anos. Por fim disse que o PS vai votar favoravelmente a proposta.

O senhor **Rafael Evaristo** interveio para dizer que o PSD não está contra os equipamentos sociais e estruturantes para a Cidade, pois são necessários e se se quer viver em comunidade tem de haver equipamentos que permitam fazê-lo. Que não vai inviabilizar esta proposta porque é uma estrutura social patrocinada por uma Igreja, mas que poderia ser patrocinada por uma associação ou por moradores. Por fim disse que o PSD irá votar favoravelmente a proposta.

O senhor **Catolino Pinto** interveio para dizer que apenas pretendia um esclarecimento do senhor Presidente da Câmara acerca deste assunto. Que, pelo que sabe, o lote de terreno onde irá ser construída a Igreja, pertencia ao senhor Eng. Aldim, filho do urbanizador de Alfragide

e que este lhe disse que, por vontade do pai, seria doado um terreno na área de Alfragide para a Igreja da Paróquia. Que o terreno para a Igreja foi doado, directamente pelo senhor Eng. Aldim, à Fábrica da Igreja para a construção da Igreja. Por fim disse que agora aparece a Câmara a doar o terreno, pelo que, podendo estar errado, pergunta a razão de aparecer agora a Câmara a doar o terreno.

O senhor **Júlio Zdanowski** interveio para dizer que manifesta à Câmara a sua satisfação por ser, finalmente, resolvido este problema. Que em Alfragide existe um terreno enorme que, há vinte e cinco anos, é um matagal cheio de roedores e refúgio de delinquentes, pelo que, com esta proposta, o problema, em termos ambientais e sociais, estará resolvido. Que esta proposta vem satisfazer um pedido antigo da população de Alfragide. Que em Alfragide existe um Seminário que tem uma Igreja de pequenas dimensões que é cedida ao Pároco da Freguesia, pelo que a construção desta Igreja virá resolver a ambição da população de Alfragide. Agradeceu à Câmara por ter cedido o terreno para a construção daquele equipamento.

O senhor **José Fernandes** disse que a CDU está de acordo com a proposta, pelo que votará favoravelmente. Que a CDU entende que a redacção da proposta não é a mais feliz e que deve haver mais cuidado em termos de texto para que não se preste a confusões. Que ficou admirado com a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia por este não estar de posse de todos os esclarecimentos e seria normal, que o senhor Presidente de Junta fosse esclarecido sobre a matéria.

O senhor **Catolino Pinto** interveio para dizer que agradece ao senhor José Fernandes por o ter vindo defender e que agradecia que fizesse essa pergunta ao senhor Vereador do pelouro e, também, que perguntasse à Câmara qual foi o procedimento, neste caso, em relação à Junta de Freguesia de Alfragide.





Handwritten signature and initials in blue ink.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Andrade Silva** interveio para dizer que é lamentável que a Junta de Freguesia não seja consultada pela Câmara Municipal num assunto desta natureza. Por fim disse que lamenta esta falta de cultura democrática e solicita que a Autarquia, em futuros processos dê melhores exemplos do que este.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que rejeita liminarmente a intervenção do senhor Andrade Silva. Que o PS está completamente à vontade quanto à cultura democrática e o tratamento que tem em todos os fóruns e que espera que outros tenham o mesmo entendimento. Por fim disse que a Câmara, está certo, tem procurado com todas as Juntas, dentro das suas disponibilidades, traçar o melhor caminho para a população, nomeadamente em Alfragide, onde se tem feito muito trabalho, quer pela Câmara, quer pela Junta de Freguesia.

A senhora **Vice Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, dizendo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide, na sua intervenção, demonstrou que conhecia todo o processo e o que poderia não conhecer é que, neste momento, havia uma deliberação de Câmara sobre a Fábrica da Igreja de Alfragide pelo que, em nome da Câmara, pedia desculpa por não lhe ter sido dado conhecimento.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 35 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

**3 –** Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º 3 do Artº. 2º. da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, da proposta da C.M.A. relativa a *“AMAGÁS – Alteração de Estatutos (Proposta n.º 689/2004)”*.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pelo senhor 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Vice Presidente da Câmara** informou que o senhor Vereador Gabriel Oliveira é que faria a introdução da proposta.

O senhor **Vereador Gabriel Oliveira** fez a introdução formal da proposta, dizendo que a proposta de alteração tem a ver com a introdução do Euro , designar o actual Conselho de Administração por Conselho Directivo, a constituição da Mesa da Assembleia Intermunicipal, e a aplicação do POCAL com as necessárias adaptações.

Não havendo intervenções a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 33 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

4 - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º. 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira – Alteração (Proposta n.º. 671/2004)”*.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Comissão de Urbanismo reuniu e emitiu parecer que foi lido pelo senhor 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Vice Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que este é o último passo necessário para aprovação do Plano. Que a CCDR deu o seu parecer final, razão





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de só agora ter vindo à Assembleia Municipal, e que depois de concluída esta fase se irá para a fase dos registos.

Não havendo intervenções a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 29 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

5 - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Empreendimento do Casal da Mira – Cedência de Áreas de Lotes Edificados para o Domínio Público (Proposta n.º. 709/2004)”*.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Comissão de Urbanismo reuniu e emitiu parecer que foi lido pelo senhor 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Vice Presidente da Câmara** prescindiui da apresentação da proposta.

Não havendo intervenções a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

6 - Indicação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artº. 7º. da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, de membro da AMA para integrar a *“Comissão Municipal”* referida na alínea c) do n.º. 1 do supra citado Artigo”.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou à Assembleia para que apresentassem propostas.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que este assunto tem a ver com a indicação de um representante da Assembleia Municipal num Conselho Municipal que tem como funções apreciar os processos de autorizações a que estão sujeitos as instalações e a modificação dos estabelecimentos de comércio, retalho e de comércio por grosso e instalação de conjuntos comerciais. Que, quanto a este Diploma, o PS tem profundas reservas e que apoia, na íntegra, todas as posições tomadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, que considera que este Diploma vai contra o Dec. Lei n.º 159/99, que estabelece a competência municipal no licenciamento sobre estabelecimentos comerciais, viola princípios constitucionais, nomeadamente, o princípio da descentralização administrativa, ou seja, coloca sobre a alçada da Administração Central, através das Direcções Regionais de Economia, todo este processo, uma vez que os processos são canalizados para a Administração Central, através da Direcção Regional de Economia, que, por sua vez, remete para as Câmaras que têm o papel, no âmbito dos Conselhos Municipais, de os apreciar. Que a Associação de Municípios ainda vai mais longe pois, numa circular que enviou para todos os Municípios, apela que as Câmaras Municipais e as Assembleias Municipais não participem nestes Conselhos Municipais. Que, apesar do PS considerar esta Lei como uma Lei mal feita, porque viola princípios essenciais das Autarquias Locais, não se pode esquecer das suas responsabilidades e que se não apresentasse a proposta, se não fosse indicado ninguém para este Conselho Municipal e se a Câmara fosse pelo mesmo caminho, o que iria acontecer é que este órgão não reunia, não emitia parecer e os processos eram objecto de deferimentos tácitos, isto é, eram aprovados com a mera apreciação da Direcção Regional de Economia. Por fim disse que, mesmo estando em desacordo, o PS apresentava a proposta de designação do senhor Luís Filipe Moutinho Lopes como membro efectivo deste Conselho Municipal, em representação da Assembleia e como membro suplente o senhor Fernando Manuel Conceição Augusto.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

2.  
AB

O senhor **António Santos** disse que, em coerência com a tomada de posição do BE em relação ao Conselho Municipal de Educação, não iriam votar a favor. Que o BE está de acordo com a posição da A.N.M.P., que deveria ser respeitada.

O senhor **Carlos Reis** interveio para dizer que leu o parecer da A.N.M.P. e que não pode tirar a conclusão que o senhor João Serrano tirou em relação ao conteúdo da Lei, porque lhe parece que as objecções são mais de processo de elaboração e aprovação da Comissão. Que, o titular do Órgão que vai ser eleito tem uma parte da competência para aprovação conforme o Artº. 7º., n.º.1 determina e que são muitas. Que dizer-se que está tudo centralizado na Direcção Geral de Economia, ou na Direcção Regional de Economia, não está correcto, porque para se ver esta situação basta ler o Artº. 7º., n.º.1, na sua globalidade. Que independentemente de se concordar ou não com a Lei, as Leis são para se cumprir, pelo que deve haver a eleição. Por fim disse que, apesar do voto ser secreto, o PSD vai votar a favor da proposta do PS.

O senhor **José Fernandes** interveio para dizer que por vezes existem Leis com as quais os Municípios não estão de acordo e que esta é uma delas. Que se revê na opinião da A.N.M.P. e que a CDU, também, tem muitas dúvidas sobre esta matéria. Por fim disse que, embora o voto seja secreto, a CDU vai votar em branco, porque tem muitas dúvidas e porque a A.N.M.P. é muito explícita na apreciação feita à Lei.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta, por voto secreto, à votação, merecendo 29 votos a favor e 7 brancos (Documento anexo à presente Acta).

7 - Apreciação, nos termos da alínea i) do n.º. 1 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do *"Relatório de Acção Inspectiva do IGAT – Procº. n.º. S.P. – 111.500 – 3/97"*.



A senhora **Vice Presidente da Câmara** prescindiu da apresentação do Relatório.

O senhor **Andrade Silva** interveio para fazer uma interpelação à mesa e solicitou para que não fosse contada como intervenção do BE. Que gostaria de interpelar a Mesa e os Representantes dos diversos Grupos Municipais que estiveram na Conferência de Representantes que terá deliberado que não se tirariam fotocópias do Relatório e que o mesmo, apenas, seria disponível para consulta. Que a interpelação servirá para o elucidar sobre a razão de tentar, desde hoje de manhã, ter acesso ao Relatório, tendo-o apenas por breves minutos e que no momento em que se iria entrar na discussão lhe foi solicitada a sua devolução, sem poder ter nenhum instrumento de trabalho de análise que lhe permita fazer uma apreciação correcta, objectiva, serena e ponderada de algum teor que pudesse ser complexo e que constasse do Relatório.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que o senhor António Santos esteve na Conferência de Representantes dos Grupos Municipais e que o poderia ter informado do que ali se passou. Que teve o mesmo período de tempo que os restantes membros para o poder consultar. Que o Relatório foi recebido no dia 27 de Outubro de 2004, a recepção foi comunicada aos representantes dos Grupos Municipais na Conferência do dia 10 de Novembro, que, no dia 15 de Novembro foram informados que o assunto seria agendado para esta Sessão e que na Conferência realizada no dia 26 de Novembro, para a audição sobre a Ordem do Dia, não houve objecção ao agendamento, nem à orientação proposta.

O senhor **Andrade Silva** voltou a intervir para dizer que a resposta que lhe foi dada é insuficiente. Que o que fez foi pedir, aos Serviços, uma fotocópia do documento, e que lhe foi dito que foi decidido em Conferência de Representantes dos Grupos Municipais que não se distribuíssem fotocópias do documento. Por fim disse que gostaria de ouvir, não a Mesa, mas os Representantes dos Grupos Municipais.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse-lhe que esteve presente em todas as reuniões e que nenhum Representante dos Grupos Municipais colocou a questão de fotocopiar o documento, porém, poderia estar enganada, pelo que solicitou aos Representantes dos Grupos Municipais que se pronunciassem sobre o assunto.

O senhor **António Santos** disse que esteve na Conferência de Representantes dos Grupos Municipais e que, mal ou bem, esteve de acordo, por questão de bom senso, que o documento não fosse fotocopiado e que estivesse disponível, para consulta, nas instalações da Assembleia Municipal. Que não entende, que a posição que tomou na Conferência de Representantes proibisse fotocópia para consulta de qualquer membro. Por fim disse que não entendia que a situação que estava a ser criada fosse para impedir a discussão.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que o senhor António Santos respondeu à questão colocada pelo senhor Andrade Silva..

O senhor **Carlos Reis** interveio para dizer que o PSD não esteve presente na Conferência de Líderes onde se discutiu esse problema.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para dizer que entende perfeitamente que há determinados documentos, devido ao seu volume, possam ficar nos Serviços da Assembleia, para consulta, mas que não entende nem pode aceitar que, quando houver um membro da Assembleia Municipal interessado em ter uma fotocópia de um documento, que vai ser discutido, esta lhe seja negada.

O senhor **João Serrano** voltou a intervir para dizer que este ponto deveria ser adiado para que pudesse ser analisado com mais atenção.

O senhor **Andrade Silva** voltou a intervir para dizer que estava de acordo com a proposta apresentada pelo PS. Por fim disse, para que ficasse claro, que hoje fez um telefonema para os Serviços da Assembleia Municipal a pedir fotocópia do documento, tendo-lhe sido negado por terem ordens expressas para não dar fotocópias do documento que poderia ser consultado nos Serviços de Apoio.

A senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou o senhor Andrade Silva que lhe parecia que não tinha sido decisão dos Serviços o não fornecimento de fotocópia.

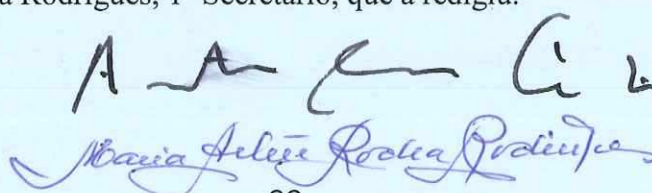
O senhor **Carlos Reis** voltou a intervir e apresentou uma proposta para a retirada deste ponto (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** consultou a Assembleia que não se opôs à proposta do senhor Carlos Reis.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, assim, estava esgotada a Ordem do Dia e que, tendo em vista a eficácia externa, as minutas de deliberação foram aprovadas, nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes

Finda a discussão da Ordem do Dia, a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 00H15.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Maria Arlete Rocha Rodrigues', is written over a series of horizontal lines. Above the signature, there are several large, stylized, handwritten letters that appear to be 'A A C L'.